

AMAZONAS - Os Desafios do Desenvolvimento Econômico Local - II

Nilson Pimentel (*)

24/03/2017

Como é difícil o entendimento quanto às ações dos agentes que atuam no sistema econômico, principalmente em economias como a do estado do Amazonas, na qual o governo estadual ainda desempenha o papel de indutor dos principais processos e das ações que influenciam no todo da economia, principalmente nos fluxos econômicos, sem acurácia com o princípio da eficiência.

Nesse início de 2017, visto a amplitude da economia nacional alguns segmentos começaram a dar sinais de alento, sem, contudo, inspirar a confiança necessária e, por aqui no Polo Industrial de Manaus (PIM) ainda se caminha na incerteza, na falta de credibilidade no agente governo estadual e na total falta de autonomia da Superintendência da Zona Franca de Manaus e, não se consegue identificar nenhum clima de preocupação com o status quo, tendo seguidas perdas de indústrias que deixam ou estão analisando deixar o PIM.

O instrumento dos Incentivos Fiscais como indutor do desenvolvimento econômico regional não estão conseguindo se portar como diferenciais competitivos para alguns segmentos, ainda mais quando se vê que o agente governo estadual tendendo a seguir caminho inverso, com aumento de tributação.

E, quando se constata nas palavras de um secretário de governo dizer que combustíveis são supérfluos, para justificar aumento de alíquota do ICMS, bem como, determinado segmento da indústria incentivada já ter “ganho” muito e agora chegou a hora de contribuir com o governo. Isto é o cumulo da incompetência e falta de comprometimento com o princípio da eficiência na gestão dos recursos públicos.

Portanto, não será penalizando a sociedade que se alcançará o equilíbrio na gestão pública, aumentando tributo ou induzindo as interpretações errôneas determinadas processos industriais para retirar benefícios já auferidos por critérios de perda de competitividade que se chegará às adequações fiscais nas receitas do governo estadual.

Sem embargo de outros argumentos, o fator trabalho formal que são absorvidos nas atividades dinâmicas do PIM é o verdadeiro multiplicador econômico que se tem em qualquer economia e, aqui em Manaus não é diferente, sustentando o comércio dinâmico que movimenta essa economia diariamente e, por conseguinte a receita publica.

Sem os investimentos produtivos diretos não tem as oportunidades do emprego do fator trabalho, o que provoca o aumento da informalidade que não sustenta a economia, ou seja, não existe a sustentabilidade econômica sem a combinação adequado dos fatores de produção, principalmente, do capital, do trabalho, da tecnologia e dos materiais produtivos e, somente assim se consegue erguer uma economia fortalecida.

De certa forma, se tem notado que o atual momento da gestão pública do Amazonas chegou à formação de redes de poder vinculadas a determinados projetos, e a dar continuidade a ineficiência econômica, social e técnica na administração do Estado, sem efetividade na implementação das ações, comprometendo, significativamente, a sustentabilidade do desenvolvimento econômico regional.

Os pesquisadores do Clube de Economia da Amazônia (CEA) quando em discussão sobre questões do desenvolvimento econômico regional do Amazonas deixam, quase sempre, para o segundo plano, o vetor político partidário do governante atual, haja vista que a efetividade na implementação de programas e projetos sempre envolve recursos públicos de determinadas origens e reciprocidades intrínsecas e diz respeito diretamente à alocação dos recursos para a instalação física e funcional daquele programa e/os projetos.

Tratando-se destes que tenham exigibilidade econômica e arrasto social, certamente suas demandas são definidas por necessidades humanas regional e localmente direcionadas, sendo que suas avaliações deveriam se pautar no

campo das análises de custo-efetividade (ACE) e não no estritamente político.

Outro fator que se discute quanto ao tema, são as práticas de gestão pública ultrapassadas, provincianas, que vem se sedimentando no Amazonas há décadas, mesmo tendo ocorrido profundas mudanças e alterações em todos os campos das atividades humanas no mundo de forma generalizada, mas nada aqui se consegue mudar, haja vista o que disse certo prefeito eleito dessa última safra, “não vamos mudar nada sem que o governador seja informado, pois não se deve mudar o que vem dando certo”.

E, para complementar disse ainda para a recém-criada associação de empresários do município: “o que vocês fizerem eu dou total apoio, mas não posso comprometer a prefeitura”.

E, para aqueles pesquisadores que não admitem que seja impossível se criar mecanismos de mudanças na gestão pública no Amazonas, deixando para traz essa mentalidade tacanha que não permite se implementar os necessários processos e ações de desenvolvimento econômico regional em todos os campos da economia estadual, uma vez que as inovações, as mudanças tecnológicas acompanhadas de novos instrumentos de gestão e da reorganização das economias mundiais têm colocado, nesse primeiro quartil do século XXI, grandes desafios a todas economias.

Assim, se precisa mudança de mentalidade, foco nos conhecimentos, tendo em vista os estragos que as crises têm provocado, principalmente em economias estagnadas e as em desenvolvimento, nas quais a manutenção do nível de emprego e do bem-estar da população requer melhorias constantes nas condições sociais, na produção e nos processos produtivos, bem como no desenvolvimento de novos produtos.

No caso do Amazonas no aproveitamento geral das potencialidades naturais voltadas ao desenvolvimento econômico de base endógena não deve ser algo especificamente só de governo, mas também das organizações empresariais regionais as quais podem assumir importante papel no desenvolvimento regional integrado em diversos segmentos da economia estadual.

Se deve olhar sobre os muros que nos cerca, vejam que o vizinho está a plenas ações de desenvolvimento regional no segmento endógeno e, em parcerias com fundos internacionais de investimento produtivos diretos que têm interesse em estimular o desenvolvimento regional através da implantação de um diversificado conjunto de programas, ações em parcerias estratégicas, tendo respaldo, naquilo que o governo Jatene intitula de PARÁ 2030.

Isto é, nada mais seja que um excelente PLANEJAMENTO ECONÔMICO ESTRATÉGICO, no qual se busca, numa primeira fase, sensibilizar e motivar os principais atores e agentes econômicos regionais, vinculados ou não e envolvidos com as diversas atividades econômicas e cadeias produtivas, visando promover ações para articulação das suas principais lideranças, com vistas à criação de ações mobilizadoras para determinados Polos de Negócios regionais, já identificados as principais potencialidades e conhecimentos e as estruturas de inovação e difusão tecnológica que poderão ser ali replicadas.

(*) Economista, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.